



30/04/2018 10:35 - Remédios vencidos são encontrados em unidades hospitalares de Rolim de Moura, RO



Irregularidades foram encontradas em oito unidades hospitalares municipais de Rolim de Moura (RO), cidade a 402 quilômetros de Porto Velho, durante uma fiscalização realizada pelo Conselho de Enfermagem de Rondônia (Coren-RO) no mês de abril. Entre os itens apontados pelo Conselho estão quadro de funcionários insuficiente e remédios vencidos.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) foi notificada, e de acordo com a diretora técnica de planejamento do órgão, Rosenilda Costa, ações serão estudadas para resolver a situação.

O objetivo da fiscalização era verificar o serviço de enfermagem que está sendo prestado em diferentes aspectos, como condições de trabalho dos

profissionais, recursos humanos e materiais de trabalho disponíveis.

Entre as irregularidades encontradas estavam número insuficiente de profissionais contratados, falta de condições adequadas para a execução do trabalho, como ambiente insalubre, pouco cuidado na esterilização de instrumentos e medicamentos vencidos.

A Semusa foi notificada e recebeu um prazo para solucionar os problemas apontados. O Coren também enviou um relatório de fiscalização direcionado aos diretores dos hospitais visitados, informando sobre os problemas encontrados em cada unidade de forma individual.

A diretora de planejamento da Semusa, Rosenilda, disse que no momento está em Porto Velho, mas logo que retornar a Rolim tomará ciência da notificação e junto com o secretário adotarão as medidas necessárias.

Rosenilda informou ainda que já publicaram um edital de convocação para profissionais de enfermagem, mas poucos tomaram posse, diante disso já elaboraram um novo edital que deverá ser publicado na próxima semana.

“Assim que chegarmos em Rolim, vamos nos debruçar sobre essas notificações para ver o que podemos melhorar de imediato e o que pode ser programado”, garantiu a diretora.

Por enquanto, apenas medidas administrativas estão sendo tomadas acerca das irregularidades, porém, caso não sejam sanadas, o Ministério Público de Rondônia (MP-RO) poderá entrar com ação civil pública contra o município.

Fonte: Magda Oliveira - G1 Cacoal e Zona da Mata